

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1028/2023**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

ETAPAS RELATIVAS AO CERTAME:

- Recebimento das propostas: até as **10h00** do dia **29/12/2023**;
- Impugnações e pedidos de esclarecimento: em até **03 (três) dias** úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública;
- Abertura da sessão pública e classificação das propostas: dia **29/12/2023**, a partir das **10h**;
- Início da fase competitiva/lances: dia **29/12/2023**, às **10h10**;

Pregoeiro: Thiago Ayala

E-mail: licitacao.hmpgl@gmail.com - Fone: (45) 3521-1786

UASG: 928118 - Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu-PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br/

PREÂMBULO

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público com personalidade jurídica de direito privado, instituída através de Lei Municipal nº 4.084 de 05 de Maio de 2013, inscrita no CNPJ nº 18.236.227/0001-04, com sede no denominado Hospital Municipal Padre Germano Lauck na cidade de Foz do Iguaçu-PR torna público, para o conhecimento das empresas interessadas, que se encontra aberta a licitação acima referenciada, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** e será processada em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto Municipal nº 18.718 de 26/02/2009, Ordem de Serviço nº 010/2018, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) nos pregões, no âmbito da Fundação, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e, subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e das condições estabelecidas neste edital e nos anexos que o integram.

O Valor total máximo do presente pregão é de **R\$ 5.171.012,00 (Cinco milhões, cento e setenta e um mil reais e doze reais).**

As despesas decorrentes da execução do presente certame estão previstas no Contrato de Gestão 001/2020, firmado entre o Município de Foz do Iguaçu e Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, conforme declarado neste **Processo Administrativo nº 1028/2023.**

ENDEREÇOS:

Horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Rua Adoniran Barbosa, nº 370 – Jardim Central – Foz do Iguaçu.

Fone: (045)3521-1786 – E-mail: licitacao.hmpgl@gmail.com

Acesso Identificado no Link: www.gov.br/compras/pt-br/

ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário(a) da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Órgão Provedor do Sistema, através do site www.gov.br/compras/pt-br/;

2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES

- 2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail licitacao.hmpgl@gmail.com
- 2.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do envio da petição ao Pregoeiro, exclusivamente pelo e-mail licitacao.hmpgl@gmail.com
- 2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas serão inseridas no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/ para

conhecimento de todos os interessados.

- 2.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 2.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 2.6. A Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas

3. DO OBJETO

- 3.1. Consta do **Anexo I** deste Edital a especificação completa do objeto.
- 3.2. Havendo divergências entre as especificações do objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão sempre, a descrição deste Edital.
- 3.3. Considerando que não há um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos de materiais hospitalares, sediados no município de Foz do Iguaçu, e enquadrados como ME ou EPP, **será adotada cota única para os itens deste pregão**, nos termos do artigo 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste pregão quaisquer interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTE/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018.
- 4.2. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações constantes no link abaixo.
<https://tutoriais.comprasgovernamentais.gov.br/sicaf/html/>
- 4.3. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASGOV, no ato da abertura do Pregão.
- 4.4. Observado o disposto no item 3.3, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites

previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

- 4.5. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência e dissolução ou que esteja suspensa de licitar e/ou contratar com a Administração Pública ou impedida legalmente.
- 4.6. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a. Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo segundo do art. 337-M do Código Penal;
 - b. Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
 - c. Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 4.7. Como requisito para participação neste pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.8. Que cumpre aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- 4.9. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.10. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.11. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.12. Que cumpre os requisitos para habilitação de definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.13. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.14. Que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.15. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

- 4.16. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.17. Que os serviços não prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação conforme disposto no art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.18. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

- 6.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a. Conduzir a sessão pública;
 - b. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
 - c. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
 - d. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
 - e. Verificar e julgar as condições de habilitação;
 - f. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
 - g. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - h. Indicar o vencedor do certame;
 - i. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
 - j. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
 - k. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- 6.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão
- 6.3. Caberá à equipe de apoio auxiliar ao Pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

7. DOS PROCEDIMENTOS NO PORTAL ELETRÔNICO

- 7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site www.gov.br/compras/pt-br/.
- 7.2. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.5. Caberá também ao fornecedor remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/, os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta inicial **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 8.2. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.**
- 8.3. A proposta inicial deverá ser digitada em campo próprio no sistema eletrônico, e deverá conter a descrição do objeto, marca/modelo(s) ofertada(s) quando solicitada(s), e o preço total do item/grupo, conforme indicado no Edital.
- 8.4. Caso o produto ofertado seja de fabricação/marca própria, preencher os referidos campos com as informações “FABRICAÇÃO PRÓPRIA” e/ou “MARCA PRÓPRIA”, a fim de não identificar o licitante.
- 8.5. A inserção da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 8.6. O não envio da documentação solicitada no item 8.1 acarretará na desclassificação do licitante.
- 8.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 8.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as

propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

- 8.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.12. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.13. **A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.**

9. DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL

- 9.1. A proposta de preços inicial deverá ser digitada em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.gov.br/compras/pt-br/, devendo conter:
 - a. Preço total do lote/ítem, com até quatro casas decimais após a vírgula;
 - b. Descrição detalhada do objeto;
 - c. Marca/modelo/fabricante (Observar o sub-item 8.4);
 - d. Não é obrigatório o anexo da proposta inicial em PDF no sistema eletrônico.
- 9.2. A proposta de preços final deverá ser encaminhada em PDF em campo próprio no sistema eletrônico no portal www.gov.br/compras/pt-br/, **NO PRAZO DE ATÉ 02 (DUAS) HORAS**, a contar do encerramento da sessão pública de lances no sistema eletrônico, devendo conter:
 - a. Preço unitário e total do(s) item(ns) e lote(s), com até quatro casas decimais após a vírgula;
 - b. Marca/modelo/fabricante (Observar o sub-item 8.4);
 - c. Descrição detalhada do objeto;
 - d. Condições de pagamento em conformidade com o Edital, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital;

- e. E-mail e telefone atualizados;
 - f. Prazo de validade da proposta: 60 dias, sendo que a não especificação significa que a licitante concorda com os termos do edital.
- 9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.4. **É vedada a identificação do licitante antes do término da fase competitiva, sendo PROIBIDO o envio da documentação de habilitação e/ou proposta inicial para o e-mail do Pregoeiro, sob qualquer justificativa.**
- 9.5. Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços simbólicos ou irrisórios.
- 9.6. Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.
- 9.7. Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto da licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.

10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 10.3. Previamente à etapa de abertura de propostas, o licitante deverá certificar-se de que sua proposta foi inserida ou digitada corretamente no sistema, cuja visualização possa ser realizada tanto pelos demais licitantes como pelo(a) Pregoeiro(a). A não visualização pelo(a) Pregoeiro(a), independentemente da razão, será considerada como não inserida, acarretando na desclassificação do licitante.
- 10.4. Também será desclassificada a proposta que **identifique** o licitante.
- 10.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente

estas participarão da fase de lances.

- 10.8. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 10.9. O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 10.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lance(s) enviado(s) nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 10.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 10.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 10.17. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 10.18. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 10.20. Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste Edital.

11. NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1. O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.2. O Pregoeiro deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 11.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie via sistema a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12. DO JULGAMENTO

- 12.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, cujo observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 12.2. A proposta final do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada por meio do sistema www.gov.br/compras/pt-br/ no prazo de até **2 (DUAS) HORAS** após o encerramento da sessão de lances e deverá conter a descrição do objeto ofertado, marca ofertada, valor unitário de cada item com até duas casas decimais após a vírgula, valor total do grupo/item e demais condições solicitadas no Edital.
- 12.3. Se a melhor proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 13.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 13.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” ou outro meio do sistema eletrônico a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 13.6. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS E HABILITAÇÃO

- 14.1. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a. SICAF;
 - b. Consulta de Impedidos de Licitar do TCE/PR.
- 14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 14.4. Será inabilitado o licitante que possua restrição/impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito deste Município ou, ainda, que tenha sido

declarado inidôneo, independentemente do âmbito ou esfera do órgão que tenha aplicado a sanção.

- 14.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.6. A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.7. O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 14.8. Constatado o descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro inabilitará o licitante.
- 14.9. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 14.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, sob pena de inabilitação.
- 14.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.12. A verificação, pelo Pregoeiro, nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 14.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à fase de análise da documentação de habilitação.
- 14.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- 15.1. São documentos obrigatórios à habilitação neste certame:

15.1.1. Habilitação Jurídica:

- a. Requerimento de empresário à Junta Comercial, no caso de empresário individual, ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não

empresária;

- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

15.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Certidão de Regularidade em relação aos Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede da licitante;
- d. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais (Mobiliários), expedida pela Secretaria Municipal de Finanças do domicílio ou sede da licitante;
- e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

15.1.3. Qualificação Técnica

Para os produtos regulados pela ANVISA, a Capacitação da Licitante deverá ser comprovada pela seguinte documentação:

- a. Apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento

pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

- b. Apresentar Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo Órgão competente do Município e/ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o proponente, devidamente válido na forma da legislação vigente.
- c. Autorização de Funcionamento da empresa (AFE) emitido pela ANVISA e da respectiva publicação atualizada no Diário Oficial da União da empresa licitante.
- d. Certidão de Regularidade da empresa licitante expedida pela entidade profissional competente, indicando o responsável técnico com seu número de inscrição, conforme exigido em Lei.

Para produtos NÃO regulados pela ANVISA, conforme relação disponível no site da ANVISA, será exigida apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

15.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos documentos.
- 15.2. Todas as declarações exigidas serão retiradas diretamente do sistema www.gov.br/compras/pt-br/.
 - 15.3. **Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação listados no item 15.1, desde que constem no SICAF, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes nos sistemas.**
 - 15.4. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.
 - 15.5. Caso as Certidões não provem a regularidade do licitante, estes estarão imediatamente inabilitados no presente processo licitatório, além de sofrerem as penalidades previstas no edital e na legislação pertinente.
 - 15.6. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, fica condicionada à verificação de sua validade sendo dispensada sua autenticação.

- 15.7. A documentação de que trata o item 15.1 deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital.
- 15.8. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 15.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 15.10. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, deverá encaminhá-los, em formato digital, via sistema www.gov.br/compras/pt-br/, sob pena de decair do direito à contratação.
- 15.11. Ultrapassado o prazo previsto no item 15.9, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

16. DOS RECURSOS

- 16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 16.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 16.3. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 16.4. A falta de manifestação imediata e motivada na forma estabelecida neste capítulo importará a preclusão do recurso e conseqüente adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores.

- 16.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, no mesmo prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciar-se-á a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas ao processo.
- 16.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 16.7. Decorrido o prazo para razões e contrarrazões, o Pregoeiro examinará o recurso e fará o juízo de retratação, nos moldes do artigo 9, inciso VII, do Decreto Municipal nº 19.302, de 4 de dezembro de 2009.
- 16.8. Se mantida a decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar o recurso e suas contrarrazões à Autoridade Superior para decisão.
- 16.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 17.1. A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 17.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRAUTAL

- 18.1. Encerrada a etapa de recursos, o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.
- 18.2. A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório o Pregoeiro, para continuidade do processo, na forma do edital.

- 18.3. Homologada a licitação pela autoridade competente, a Fundação convocará o licitante vencedor para assinatura de instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho.
- 18.4. A assinatura do Contrato Administrativo será realizada através do Sistema de Informações Digitais (SID), ou outro sistema eletrônico utilizado pela FMSFI.
- 18.5. A FMSFI solicitará via email ao representante do licitante vencedor que realize o cadastro perante o SID, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de imposição das sanções previstas neste Edital e seus anexos.
- 18.6. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar a ata de registro de preços ou o instrumento contratual.
- 18.7. A recusa injustificada do licitante vencedor em aceitar ou assinar o Instrumento Contratual ou a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no Edital e anexos.
- 18.8. O licitante tem o dever de manifestar ciência em todas as comunicações encaminhadas pela FMSFI, via e-mail ou SID, presumindo-se a ciência após decorrido 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da comunicação.
- 18.9. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 - 18.9.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 18.9.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;
 - 18.9.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 18.10. Os prazos previstos neste item terão início com a manifestação de ciência do licitante vencedor acerca da comunicação enviada pela FMSFI, observado o disposto no item 18.8.

19. DAS CONTRATAÇÕES E SANÇÕES

- 19.1. As contratações se darão através da formalização do Contrato/Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho.
- 19.2. O Instrumento Contratual ou as Notas de Empenho deverão ser emitidas contendo:

- a. O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
- b. A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços;
- c. O preço unitário;
- d. Dotação orçamentária e fonte de recursos;
- e. A indicação do respectivo processo licitatório.

19.3. Comete infração administrativa, nos termos do art. 7º da lei nº 10.520/2002, ficando sujeita à aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal direta e indireta, de acordo com a gravidade do ato, a empresa que:

19.3.1. Não manter sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação, conforme abaixo especificado:

- a. Recusar-se ou deixar de enviar a documentação e a proposta de preços no prazo estabelecido no edital; ou
- b. Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela FMSFI, durante a análise da proposta; ou
- c. Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação, sem justificativa aceita pela Administração:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 1% (um por cento) em relação ao total de sua proposta.

19.3.2. Deixar de Celebrar o Contrato, conforme abaixo especificado:

- a. Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura do Contrato; ou
- b. Recusar-se ou deixar de assinar o Contrato, dentro do prazo de validade da sua proposta:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 10% (dez por cento) em relação ao total de sua proposta.

19.3.3. Fraudar ou falhar na execução do Contrato, e ensejar retardamento de sua execução:

- a. Pela inexecução parcial do Contrato:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 10% (dez por cento) em relação ao total de sua proposta.

- b. Deixar de manter as condições de habilitação durante a execução contratual:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e de multa de 1% em relação ao valor contratual.

c. Pela inexecução total do Contrato:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.

d. Se a contratada ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do contratante, ainda que obrigada a reassumir o fornecimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.

19.3.4. Apresentar documento ou declaração falsa:

a. Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 10% a 20% em relação ao valor total de sua proposta;

b. Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor contratual.

19.3.5. Cometer fraude fiscal:

- a. Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal; ou
- b. Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem; ou
- c. Falsificar ou alterar quaisquer Notas Fiscais:

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses, multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total da sua proposta ou do Contrato, conforme o caso, bem como declaração de inidoneidade, que acarreta o

impedimento de licitar com a União, Estados e Municípios pelo prazo do impedimento aplicado.

19.3.6. Comportar-se de modo inidôneo:

- a. Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo; ou
- b. Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalidade anteriormente.

Pena - Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) a 20% em relação ao valor total de sua proposta;

- 19.4. Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:

19.4.1. Advertência, nos casos de menor gravidade;

19.4.2. Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução parcial do Contrato, incidindo sanções específicas, conforme item 19.3.3 “a” acima.

- 19.5. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.

- 19.6. Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

- 19.7. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

- 19.8. As penalidades de impedimento e inidoneidade serão obrigatoriamente registradas na plataforma correspondente do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União e no SICAF e o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no contrato e das demais cominações legais.

- 19.9. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

- a. O dano causado à administração;
 - b. O caráter educativo da pena;
 - c. A reincidência como maus antecedentes;
 - d. A proporcionalidade.
- 19.10. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a Administração Pública, e dá outras providências.
- 19.11. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/90, observando ainda os seguintes procedimentos:
- 20.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, obtida por meio da consulta aos sítios eletrônicos oficiais
 - 20.1.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.
 - 20.1.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1. A Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Fundação poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 21.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na

imediate desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 21.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.
- 21.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 21.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).
- 21.7. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;
- 21.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 21.9. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 21.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente.

Foz do Iguaçu-Pr, 18 de dezembro de 2023.

André Ricardo Cório Di Buriasco
Diretor Presidente

Leticia Caroline Lacoski
Assessora de Compras e Licitação

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO** : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR.

Quadro I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	COD. CATMAT	UNID. MEDIDA	QTD.	DESCRIPTIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	AMOSTRAS
1	269941	Unidade	25.000	ÁLCOOL ETÍLICO 70% LÍQUIDO – FRASCO COM 100 ML. Álcool etílico hidratado na concentração de 70° INPM (70% em peso), almotolia 100 ml.	R\$ 2,40	R\$ 60.000,00	5 UNIDADES
2	393262	Unidade	1.200	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 90 X 05 (26g x 3- 1/2"), estéril ,bisel tipo lanceta (quincke), sem imperfeições ou rebarbas, que permita penetração suave na duramater, com câmara de refluxo transparente, conexão perfeita, mandril ajustado que facilite a reinserção do mandril, embalado individualmente, apresentado em caixas com 25 ou 50 peças, procedência nacional. Registro no MS/ANVISA.	R\$ 13,80	R\$ 16.560,00	5 UNIDADES
3	389941	Unidade	4.000	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA, 90 X 05 (27g x 3- 1/2"), estéril ,bisel tipo lanceta (quincke), sem imperfeições ou rebarbas, que permita penetração suave na duramater, com câmara de refluxo transparente, conexão perfeita, mandril ajustado que facilite a reinserção do mandril, embalado individualmente, apresentado em caixas com 25 ou 50 peças, procedência nacional. Registro no MS/ANVISA.	R\$ 20,89	R\$ 83.560,00	5 UNIDADES
4	389230	Unidade	2.500	AGULHA DESCARTÁVEL PARA RAQUIANESTESIA calibre 25G X 3- 1/2", estéril ,bisel tipo lanceta (quincke), sem imperfeições ou rebarbas, que permita penetração suave na duramater, com câmara de refluxo transparente, conexão perfeita, mandril ajustado que facilite a reinserção do mandril, embalado individualmente, apresentado em caixas com 25 ou 50 peças, procedência nacional. Registro no MS/ANVISA.	R\$ 7,80	R\$ 19.500,00	5 UNIDADES
5	440582	Unidade	12	ÂNCORA 2.7 cônica metálica, em titânio, com fios montado de alta resistência.	R\$ 750,00	R\$ 9.000,00	CATÁLOGO
6	440581	Unidade	15	ÂNCORA 3.5 cônica metálica, em titânio, com fios montado de alta resistência.	R\$ 920,00	R\$ 13.800,00	CATÁLOGO
7	443211	Unidade	50	ÂNCORA 4.0 cônica metálica, em titânio, com fios montado de alta resistência.	R\$ 759,00	R\$ 37.950,00	CATÁLOGO
8	443208	Unidade	250	ÂNCORA 5.0 cônica metálica, em titânio, com fios montado de alta resistência.	R\$ 750,00	R\$ 187.500,00	CATÁLOGO
9	446389	Unidade	3.500	ADESIVO PARA FIXAÇÃO de curativos, drenos e cateteres - composto de poliéster elástico branco poroso, rolo de 5 cm x 10 m.	R\$ 55,95	R\$ 195.825,00	2 UNIDADES
10	255105	Unidade	36	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 4,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA	R\$ 28,25	R\$ 1.017,00	3 UNIDADES

11	255099	Unidade	36	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 4,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA	R\$ 25,38	R\$ 913,68	3 UNIDADES
12	255098	Unidade	36	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 5,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA	R\$ 29,25	R\$ 1.053,00	3 UNIDADES
13	255104	Unidade	36	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 5,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 25,80	R\$ 928,80	3 UNIDADES
14	255100	Unidade	50	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF nº 6,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 30,65	R\$ 1.532,50	3 UNIDADES
15	255103	Unidade	50	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 6,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno 16material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 27,21	R\$ 1.360,50	3 UNIDADES
16	255926	Unidade	150	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA	R\$ 26,75	R\$ 4.012,50	3 UNIDADES

17	255102	Unidade	200	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 7,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 25,25	R\$ 5.050,00	3 UNIDADES
18	255101	Unidade	350	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 33,43	R\$ 11.700,50	3 UNIDADES
19	255106	Unidade	350	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 8,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 34,81	R\$ 12.183,50	3 UNIDADES
20	255107	Unidade	120	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 9,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 55,77	R\$ 6.692,40	2 UNIDADES
21	255097	Unidade	100	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 9,5 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 29,50	R\$ 2.950,00	3 UNIDADES
22	395168	Unidade	36	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA COM CUFF Nº 10,0 - polivinil, flexível, siliconizada, transparente. Cânula externa com balão de baixa pressão com capacidade para até 12 ml de ar, valvulado, linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio, cadarço e conector para adaptar ao respirador e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex, estéril e descartável. Na embalagem deve conter: diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 58,08	R\$ 2.090,88	2 UNIDADES

23	395915	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 3,0 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril com ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 39,71	R\$ 476,52	3 UNIDADES
24	428138	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 3,5 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 73,45	R\$ 881,40	1 UNIDADE
25	428135	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 4,0 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 105,67	R\$ 1.268,04	CATÁLOGO
26	428139	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 4,5 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 65,90	R\$ 790,80	1 UNIDADE
27	428136	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 5,0 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 66,20	R\$ 794,40	1 UNIDADE
28	428140	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 5,5 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 67,15	R\$ 805,80	1 UNIDADE
29	428727	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 6,0 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 71,40	R\$ 856,80	1 UNIDADE

30	428732	Unidade	12	CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA SEM CUFF Nº 7,0 - polivinil, flexível, transparente, estéril e descartável. Linha radiopaca, asas para fixação, com impressão do número em local visível, acabamento que não cause traumatismo traqueal; mandril c/ ponta arredondada de fácil manuseio e esterilizado a oxido de etileno, material atóxico, isento de látex. Na embalagem deve conter: conter diâmetro interno, diâmetro externo e comprimento, informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 68,72	R\$ 824,64	1 UNIDADE
31	607191	Unidade	1.200	CAMPO CIRÚRGICO AVULSO 50 X 50CM (aproximado): Composto por não tecido com 60 a 80G/m2, impermeável, com reforço em não tecido absorvente. Fita adesiva hipoalérgica em uma das bordas. Embalado individualmente em dupla embalagem, estéril, descartável, de uso único. Esterilizado em óxido de etileno. Registro na ANVISA	R\$ 6,88	R\$ 8.256,00	5 UNIDADES
32	607175	Unidade	12.000	CAMPO CIRÚRGICO AVULSO 1,50 X 1,50CM (aproximado): Composto por não tecido com 60 a 80G/m2, impermeável, com reforço em não tecido absorvente. Fita adesiva hipoalérgica em uma das bordas. Embalado individualmente em dupla embalagem, estéril, descartável, de uso único. Esterilizado em óxido de etileno. Registro na ANVISA.	R\$ 15,82	R\$ 189.840,00	5 UNIDADE
33	485109	Unidade	2.500	Curativo de Alginato de Cálcio com Prata. Cobertura estéril, não aderente, em placa, contendo na sua composição fibras de caboximetilcelulose ou etilsulfonato celulose, alginato de cálcio e prata, com capacidade de absorção grandes quantidades de exsudato, formando um gel macio e coeso que se adapta a superfície da lesão. A absorção é realizada verticalmente e a cobertura faz a retenção. Tamanho aproximado de 10x10cm. Embalagem individual, compatível com o processo de esterilização e que permita abertura com técnica asséptica, contendo dados de identificação, procedência, número do lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade e atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no Ministério da Saúde.	R\$ 77,07	R\$ 192.675,00	1 UNIDADE
34	484756	Unidade	20.000	CURATIVO FILME PARA FIXAÇÃO DE CATETER CENTRAL ADULTO - Cobertura Primária, Medindo Aproximadamente 10 cm x 12,50 cm. Composto por um filme de Poliuretano transparente, hipoalérgico, com fenda central e bordas de tecido reforçadas em todo o filme e também com duas fitas adesivas estéreis para melhor fixação dos conectores e lúmens, em uma única embalagem, e que garantam estabilidade, possuindo alta permeabilidade ao vapor, efetuando as trocas gasosas, que não permita a permanência de umidade sob o curativo e que reduza os riscos de infecção. Impermeável a fluidos e microrganismos, aderente à superfície seca, estéril. Embalagem individual adequada, segura, compatível com o processo de esterilização e que permita abertura e transferência com técnica asséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e Registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 7,20	R\$ 144.000,00	5 UNIDADES
35	439996	Unidade	150.000	CURATIVO CIRÚRGICO, TIPO CHUMAÇO ESTÉRIL, tamanho 15x30 cm, algodoadada com chumaço de algodão hidrófilo, cor branca, 100% algodão, 13 fios, 08 dobras, possuindo algodão internamente, boa capacidade de absorção, macia, isenta de resíduos, impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas, pacote com 01 unidade, esterilizado à óxido de etileno. Com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permitindo abertura e transferência com técnica asséptica. Na embalagem deve conter a informação de uso único e descartável, identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 1,83	R\$ 274.500,00	5 UNIDADES
36	456561	Unidade	150.000	CURATIVO CIRÚRGICO, TIPO CHUMAÇO ESTÉRIL, tamanho 15x60 cm, algodoadada com chumaço de algodão hidrófilo, cor branca, 100% algodão, 13 fios, 08 dobras, possuindo algodão internamente, boa capacidade de absorção, macia, isenta de resíduos, impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas, pacote com 01 unidade, esterilizado à óxido de etileno. Com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento da sua utilização, permitindo abertura e transferência com técnica asséptica. Na embalagem deve conter a informação de uso único e descartável, identificação do	R\$ 1,72	R\$ 258.000,00	5 UNIDADES

				fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no ministério da saúde e ANVISA.			
37	476022	FRASCO	2.500	<p>DETERGENTE ENZIMÁTICO - para área hospitalar e laboratorial, neutro, cristalino, líquido, incolor para pré lavagem de materiais hospitalares e laboratoriais e de superfícies fixas. Detergente pronto para uso que remova crostas de sangue e secreções na superfície interna e externa dos materiais médico hospitalares. Deve possuir PH neutro e evitar o ressecamento de sangue e formação de biofilme, facilitando a remoção de sujidade no processo de limpeza e preservação do instrumental. Lembramos que o detergente neutro deve obrigatoriamente conter em seu descritivo a recomendação de uso em área hospitalar e laboratorial e pré-lavagem de instrumentais cirúrgicos. EMBALAGEM DE 700ML à 800ML PRONTO PARA USO, em embalagem com borrifador. Registro no Ministério da Saúde.</p>	R\$ 51,30	R\$ 128.250,00	2 UNIDADES
38	269876	Unidade	40.000	<p>DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2 %, com tensoativos degermante - indicada como antisséptico tópico, antissepsia, antissepsia de pele no pré-operatório. Efeito residual cumulativo, hipoalergênico. Ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. Odor suave ou ausente. Almotolia descartável bico reto com tampa acoplada, com volume 100 ml. Uso hospitalar. Deve apresentar a FISPQ (Ficha de informações de Segurança de Produtos Químicos). Registro no Ministério da Saúde.</p>	R\$ 4,21	R\$ 168.400,00	5 UNIDADES
39	444051	Unidade	36.000	<p>DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2 % solução alcoólica utilizada na antissepsia complementar da pele no campo operatório, curativo de acesso venoso central e procedimentos invasivos. Tem ação antifúngica e bactericida, capaz de eliminar tanto bactérias gram-positivas quanto gram-negativas. Odor suave ou ausente. Almotolia descartável (bico reto com tampa acoplada) com volume de 100 ml. Uso hospitalar. Deve apresentar a FISPQ (Ficha de informações de Segurança de Produtos Químicos) Registro no Ministério da Saúde.</p>	R\$ 3,65	R\$ 131.400,00	5 UNIDADES
40	457163	Unidade	24.000	<p>DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA 2% solução aquosa – indicada como antisséptico tópico, no preparo de mucosas para realização de procedimentos cirúrgicos, preparo da região genital pré sondagem vesical e antissepsia extra bucal em procedimentos odontológicos. Efeito residual cumulativo, hipoalergênico. Ativo contra todas as formas de bactérias não esporuladas, fungos e vírus. Odor suave ou ausente. Almotolia descartável (bico reto com tampa acoplada) com volume de 100ml. Uso hospitalar. Embalagem deve conter as informações necessárias para uso correto. Deve apresentar a FISPQ (Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos). Registro no Ministério da Saúde.</p>	R\$ 3,09	R\$ 74.160,00	5 UNIDADES
41	437168	Unidade	10.000	<p>DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFERICO (ESCALPE) Nº 19, com agulha em aço inoxidável, bisel curto, trifacetado, siliconizado, com sistema de segurança segundo a NR32. Aletas de plástico flexível e resistente para fixação, colorida para identificação do calibre da agulha. Tubo em PVC, flexível e transparente, atóxico, apirogênico, comprimento aproximado de 25cm, conector LUER LOCK com dispositivo de segurança, com tampa e resistente ao manuseio, com identificação do calibre na Asa e na embalagem. Peça única, descartável, esteril. Embalagem individual, com abertura em pétala e aséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no ministério da saúde e ANVISA.</p>	R\$ 0,57	R\$ 5.700,00	5 UNIDADES

42	437173	Unidade	120.000	DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFERICO (ESCALPE) Nº 21, com agulha em aço inoxidável, bisel curto, trifacetado, siliconizado, com sistema de segurança segundo a NR32. Aletas de plástico flexível e resistente para fixação, colorida para identificação do calibre da agulha. Tubo em PVC, flexível e transparente, atóxico, apirogênico, comprimento aproximado de 25cm, conector LUER LOCK com dispositivo de segurança, com tampa e resistente ao manuseio, com identificação do calibre na Asa e na embalagem. Peça única, descartável, esteril. Embalagem individual, com abertura em pétala e aséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 0,69	R\$ 82.800,00	5 UNIDADES
43	437174	Unidade	120.000	DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFERICO (ESCALPE) Nº 23, com agulha em aço inoxidável, bisel curto, trifacetado, siliconizado, com sistema de segurança segundo a NR32. Aletas de plástico flexível e resistente para fixação, colorida para identificação do calibre da agulha. Tubo em PVC, flexível e transparente, atóxico, apirogênico, comprimento aproximado de 25cm, conector LUER LOCK com dispositivo de segurança, com tampa e resistente ao manuseio, com identificação do calibre na Asa e na embalagem. Peça única, descartável, esteril. Embalagem individual, com abertura em pétala e aséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 2,71	R\$ 325.200,00	5 UNIDADES
44	437172	Unidade	20.000	DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFERICO (ESCALPE) Nº 25, com agulha em aço inoxidável, bisel curto, trifacetado, siliconizado, com sistema de segurança segundo a NR32. Aletas de plástico flexível e resistente para fixação, colorida para identificação do calibre da agulha. Tubo em PVC, flexível e transparente, atóxico, apirogênico, comprimento aproximado de 25cm, conector LUER LOCK com dispositivo de segurança, com tampa e resistente ao manuseio, com identificação do calibre na Asa e na embalagem. Peça única, descartável, esteril. Embalagem individual, com abertura em pétala e aséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 0,80	R\$ 16.000,00	5 UNIDADES
45	437187	Unidade	2.000	DISPOSITIVO INTRAVENOSO PERIFERICO (ESCALPE) Nº 27, com agulha em aço inoxidável, bisel curto, trifacetado, siliconizado, com sistema de segurança segundo a NR32. Aletas de plástico flexível e resistente para fixação, colorida para identificação do calibre da agulha. Tubo em PVC, flexível e transparente, atóxico, apirogênico, comprimento aproximado de 25cm, conector LUER LOCK com dispositivo de segurança, com tampa e resistente ao manuseio, com identificação do calibre na Asa e na embalagem. Peça única, descartável, esteril. Embalagem individual, com abertura em pétala e aséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 2,82	R\$ 5.640,00	5 UNIDADES
46	481624	Unidade	30.000	DISPOSITIVO PARA TRANSFERÊNCIA DE SOLUÇÕES - dispositivo para mistura ou reconstituição de drogas em frascos sem contato com o ambiente externo (equivalente ao Transofix). Uma ponta perfurante padrão com protetor, peça ergonômica que evita o contato das mãos com a ponta perfurante e facilita o manuseio do profissional. Embalagem individual adequada, segura, compatível com o processo de esterilização e que permita abertura e transferência com técnica asséptica, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 0,92	R\$ 27.600,00	5 UNIDADES

47	464736	Unidade	1.200	DRENO LAMINAR, TIPO PENROSE nº 01, aproximadamente 6mm, estéril. Em látex atóxico, formato tubular em toda a sua extensão. Apresentando elasticidade adequada. Contendo pó bioabsorvível. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. Registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 2,38	R\$ 2.856,00	5 UNIDADES
48	464737	Unidade	1.440	DRENO LAMINAR, TIPO PENROSE nº 02, aproximadamente 12mm, estéril. Em látex atóxico, formato tubular em toda a sua extensão. Apresentando elasticidade adequada. Contendo pó bioabsorvível. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. Registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 2,33	R\$ 3.355,20	5 UNIDADES
49	464738	Unidade	1.728	DRENO LAMINAR, TIPO PENROSE nº 03 , aproximadamente 19mm,estéril. Em látex atóxico, formato tubular em toda a sua extensão. Apresentando elasticidade adequada. Contendo pó bioabsorvível. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. Registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 1,15	R\$ 1.987,20	5 UNIDADES
50	440501	Unidade	1.440	DRENO LAMINAR, TIPO PENROSE, Nº 04 (19MM +/-1), ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EM LÁTEX ATÓXICO, FORMATO TUBULAR EM TODA A SUA EXTENSÃO. APRESENTANDO ELASTICIDADE ADEQUADA. CONTENDO PÓ BIO-ABSORVÍVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO, PERMITA A ABERTURA E A TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSÉPTICA, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA, CONFORME RDC 185 DE 22/10/2001.	R\$ 3,14	R\$ 4.521,60	5 UNIDADES
51	438506	Unidade	50	DRENO KHER, Nº 08 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "T" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e anvisa, conforme rdc 185 de 22/10/2001. CODIGO BR APROX 438508	R\$ 13,06	R\$ 653,00	5 UNIDADES
52	438508	Unidade	50	DRENO KHER nº 10 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "t" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 10,34	R\$ 517,00	5 UNIDADES
53	438509	Unidade	50	DRENO KHER nº 12 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "t" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 14,14	R\$ 707,00	5 UNIDADES

54	438502	Unidade	50	DRENO KHER, Nº 14 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "T" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e anvisa, conforme rdc 185 de 22/10/2001. CODIGO BR APROX 438508	R\$ 12,93	R\$ 646,50	5 UNIDADES
55	438507	Unidade	50	DRENO KHER nº 16 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "t" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 13,90	R\$ 695,00	5 UNIDADES
56	438504	Unidade	50	DRENO KHER, Nº 18 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "T" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e anvisa, conforme rdc 185 de 22/10/2001. CODIGO BR APROX 438509	R\$ 17,29	R\$ 864,50	5 UNIDADES
57	438510	Unidade	50	DRENO KHER, Nº 20 em látex vegetal, apirogênico, atóxico, formato tubular em "T" uniforme em toda a sua extensão, sem rebarbas e/ou defeitos; com paredes finas maleáveis, estéril. embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e anvisa, conforme rdc 185 de 22/10/2001. CODIGO BR APROX 438507	R\$ 14,64	R\$ 732,00	5 UNIDADES
58	442641	Unidade	1.000	EQUIPO MICROGOTAS - Indicado para infusão de soluções parenterais estéreis; material PVC flexível; Tubo com comprimento aproximado de 1,50m com ponta perfurante e tampa protetora; Pinça rolete e corta-fluxo; Injetor lateral resistente; Conector tipo luer universal; Câmara gotejadora microgotas com respiro de ar com filtro Hidrófobo e Bacteriológico; Atóxico. A embalagem deve ser individual, estéril, permitindo a abertura com técnica asséptica, sem uso de instrumental e conter os seguintes dados: marca comercial, lote, data de fabricação, validade da esterilização e registro do produto no Ministério da Saúde	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00	5 UNIDADES
59	461365	Unidade	5.000	EXTENSOR PARA EQUIPO– tubo medindo aproximadamente 120cm, única via, confeccionado em PVC, flexível, transparente, estéril, atóxico, apirogênico, sendo composto em uma das suas extremidades de um conector tipo luer lock macho e na outra extremidade de um conector tipo luer lock fêmea. A embalagem deverá ser individual, estéril, permitindo a abertura com técnica asséptica, sem uso de instrumental e conter os seguintes dados: marca comercial, lote, data de fabricação, validade da esterilização e nº do registro do produto no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 2,31	R\$ 11.550,00	5 UNIDADES
60	610640	Unidade	175.000	EQUIPO MULTIVIAS - 2 VIAS, para administração de medicamentos/soluções; possui 2 conectores luer lock fêmea universais com tampas; Tubo flexível e transparente em PVC; 2 clamp corta fluxo; 1 conector luer slip macho universal com protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 1,05	R\$ 183.750,00	5 UNIDADES

61	609777	Unidade	15.000	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE SANGUE EM PVC, transparente, câmara do tipo dupla flexível com goteador macrogotas, tubo extensor de no mínimo 1.80m, com pinça tipo rolete de alta precisão, filtro constituído de material biocompatível, com malha de no mínimo 170 micras, com ponta perfurante para bolsas, com protetor. Embalagem individual com certificado de análise de toxicidade, esterilizado em meios físicos, uso único, descartável, permitir abertura asséptica, contendo externamente dados identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 5,43	R\$ 81.450,00	5 UNIDADES
62	461243	Unidade	550.000	ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO composto de suporte de espuma de polietileno com gel sólido, pino metálico de ag/agcl, atóxico, apirogênico. Embalagem segura, contendo dados de identificação, procedência, número de lote, data e tipo de esterilização, prazo de validade, atender à legislação sanitária vigente e pertinente ao produto e registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 0,37	R\$ 203.500,00	5 UNIDADES
63	421411	Unidade	5.000	EXTENSÃO FLEXÍVEL PARA ASPIRAÇÃO. Composto por: tubo extensor confeccionado em PVC com calibre interno mínimo de 5 mm, de no mínimo 2 metros; conectores graduados e flexíveis nas extremidades de fácil encaixe. Produto estéril e descartável. Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 4,17	R\$ 20.850,00	5 UNIDADES
64	477514	Unidade	55.000	ESCOVA DEGERMANTE COM GLUCONATO DE CLOREXIDINA 2%, dupla face para degeneração da pele, descartável, com corpo em material plástico, atóxico, apirogênico, flexível, tendo em uma das faces, cerdas macias que não causem abrasão e na outra esponja macia de poliuretano, impregnada com 22ml de solução de gliconato de clorexidina a 2%. Embalagem individual com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e a transferência com técnica asséptica, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação. registro no ministério da saúde e ANVISA.	R\$ 3,22	R\$ 177.100,00	5 UNIDADES
65	455935	Unidade	200	FIO GUIA 2,2 mm para sonda de 2.5 a 4.5 mm. Estilete introdutor para sondas endotraqueais composto de uma vareta de alumínio revestida com uma bainha de plástico PEDB (polietileno de baixa densidade), maleável e gancho que permite fácil remoção. utilizado para facilitar a intubação oral da traqueia. Embalagem deve conter dados de rotulagem. Registro no MS e ANVISA.	R\$ 58,08	R\$ 11.616,00	2 UNIDADES
66	455936	Unidade	1.000	FIO GUIA 4,2 mm para sonda de 5,0 a 8,0 mm. Estilete introdutor para sondas endotraqueais composto de uma vareta de alumínio revestida com uma bainha de plástico PEDB (polietileno de baixa densidade), maleável e gancho que permite fácil remoção. utilizado para facilitar a intubação oral da traqueia. Embalagem deve conter dados de rotulagem. Registro no MS e ANVISA.	R\$ 74,90	R\$ 74.900,00	2 UNIDADES
67	455937	Unidade	1.000	FIO GUIA 5,0 mm para sonda de 8,5 a 11 mm. Estilete introdutor para sondas endotraqueais composto de uma vareta de alumínio revestida com uma bainha de plástico PEDB (polietileno de baixa densidade), maleável e gancho que permite fácil remoção. utilizado para facilitar a intubação oral da traqueia. Embalagem deve conter dados de rotulagem. Registro no MS e ANVISA.	R\$ 72,67	R\$ 72.670,00	1 UNIDADES
68	459455	Unidade	750	FIO GUIA, TIPO HIDROFÍLICO, diâmetro 0,035mm, material aço inoxidável. Com suporte de aço, comprimento de 150mm a 180mm, ponta reta, estéril, descartável, características adicionais standart/super stiff, tipo hidrofílico. Apresentar registro da ANVISA.	R\$ 178,00	R\$ 133.500,00	CATÁLOGO
69	437881	Unidade	5.000	FITA MICROPOROSA 1,2cm x 10m. Constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, superfície adesiva impregnada de substância a base de éter sintético, quimicamente inerte, medindo 12mm de largura x 10 m de comprimento, hipoalergênica, com capa, "micropore", embalada em carretel plástico, de procedência nacional, com validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega. Embalagem conter externamente dados de identificação do fabricante, data de fabricação e número do lote.	R\$ 2,27	R\$ 11.350,00	5 UNIDADES

70	452355	Unidade	20.000	FITA MICROPOROSA 2,5 cm x 10m. Constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, superfície adesiva impregnada de substância a base de éter sintético, quimicamente inerte, medindo 25 mm de largura x 10 m de comprimento, hipoalergênica, com capa, "micropore", embalada em carretel plástico, de procedência nacional, com validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega. Embalagem deve conter externamente dados de identificação do fabricante, data de fabricação e número do lote.	R\$ 5,68	R\$ 113.600,00	5 UNIDADES
71	437865	Unidade	25.000	FITA MICROPOROSA 5,0 cm x 10m. Constituída de rayon viscoso não trançado, poroso, superfície adesiva impregnada de substância a base de éter sintético, quimicamente inerte, medindo 50 mm de largura x 10 m de comprimento, hipoalergênica, com capa, "micropore", embalada em carretel plástico, de procedência nacional, com validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega. Embalagem deve conter externamente dados de identificação do fabricante, data de fabricação e número do lote	R\$ 8,33	R\$ 208.250,00	5 UNIDADES
72	396175	Unidade	5.000	FITA PARA AUTOCLAVE 19MM X 30M - Fita adesiva para auto clave, medindo 19mm x 30m, com listras diagonais para indicar esterilização efetiva. Embalagem individual, contendo externamente dados de rotulagem. Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 9,98	R\$ 49.900,00	5 UNIDADES
73	481417	Unidade	10.000	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, tipo monoface, largura 19mm, comprimento 30m, cor bege, características adicionais listras brancas diagonais (fita adesiva autoclave, material papel crepe, tipo monoface, largura 19 mm, comprimento 30 m, cor bege c/ listras brancas diagonais, aplicação fechamento de pacotes de papel e de pano que serão esterilizados em autoclave. rolo c/ 19 mm x 30 m).	R\$ 9,72	R\$ 97.200,00	5 UNIDADES
74	479620	Unidade	1.000	FILTRO COM BARREIRA PARA VENTILAÇÃO MECÂNICA - PEDIÁTRICO - estéril, descartável, bidirecional, com entrada para capnógrafo, acompanhando de traqueinha corrugada, com espaço morto máximo de 31ml. Volume corrente de aproximadamente 50 a 900ml. Composto de membranas higroscópica (HME) e elemento filtrante hidrofóbico com 99,99% de eficácia de barreira bacteriana e viral. Filtro com troca de calor e umidade, hidrofóbico, higroscópico. Corpo de peça única em plástico com tampa. Embalagem estéril, contendo externamente dados de identificação, registro na ANVISA.	R\$ 7,49	R\$ 7.490,00	5 UNIDADES
75	479624	Unidade	5.000	FILTRO TROCADOR DE CALOR E UMIDADE, BACTERIANO E VIRAL 48 horas- para uso em circuitos anestésicos e de ventilação mecânica, composto por meio filtrante corrugado, malha eletrostática impregnada de cloretos. Volume corrente de 150 a 1000ml para uso em 48 horas em pacientes acima de 30Kg, entrada para capnografia e conexões padrões de 22mm. Acompanha extensor corrugado. Embalado individualmente em envelope cirúrgico, esterilizado em óxido de etileno. Com registro no Ministério da Saúde e ANVISA.	R\$ 7,39	R\$ 36.950,00	5 UNIDADES
76	479628	Unidade	10.000	Filtro trocador de calor e umidade, bacteriano e viral 24 horas, para uso em circuitos anestésicos e de ventilação mecânica, composto por meio filtrante corrugado, malha eletrostática impregnada de cloretos. Volume corrente de 150 a 1000ml para uso em 24 horas em pacientes acima de 30Kg, entrada para capnografia e conexões padrões de 22mm. Acompanha extensor corrugado. Embalado individualmente em envelope cirúrgico, esterilizado em óxido de etileno. Com registro no Ministério da Saúde	R\$ 10,52	R\$ 105.200,00	5 UNIDADES
77	417122	Unidade	120.000	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300 ml, em material plástico atóxico transparente, com graduação. Tampa com rosca, rótulo para identificação e dispositivo em alça na base. no produto deverá constar número de lote e prazo de validade	R\$ 2,01	R\$ 241.200,00	5 UNIDADES
78	475840	Unidade	36	GEL CONDUTOR PARA EXAMES GALÃO COM 5 KG, composição química isenta de sal, alta condutividade, inodoro, não escorre, isento de álcool, PH neutro.	R\$ 28,20	R\$ 1.015,20	3 UNIDADES
79	475840	Unidade	500	GEL CONDUTOR PARA EXAMES FRASCO 1 KG, composição química isenta de sal, alta condutividade, inodoro, não escorre, isento de álcool, PH neutro.	R\$ 9,62	R\$ 4.810,00	5 UNIDADES
80	475840	Unidade	1.360	GEL CONDUTOR PARA EXAMES FRASCO 100 G, composição química isenta de sal, alta condutividade, inodoro, não escorre, isento de álcool, PH neutro.	R\$ 4,25	R\$ 5.780,00	5 UNIDADES
81	431253	Unidade	500	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL. Composto de Celulose Oxidada Regenerada. Dimensões aproximadas: 5cm X 7,5cm, estéril, uso único, apirogênico, em embalagem individual, apresentação em malha. Embalagem conter externamente dados	R\$ 61,00	R\$ 30.500,00	2 UNIDADES

				identificações do fabricante, data de fabricação e número do lote, registro no Ministério da Saúde e ANVISA.			
82	457458	Unidade	1.200	KIT DE PUNÇÃO ARTERIAL (PAM) G20 X 80 MM. Kit para punção arterial pela técnica de Seldinger composto por cateter em PVC radiopaco, agulha de punção em aço inoxidável com ponta flexível em “J”, extensão com clamp, aba de fixação em silicone e fio guia metálico. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e esterilizado em óxido de etileno. Registro na ANVISA e MS.	R\$ 134,95	R\$ 161.940,00	CATÁLOGO
83	394593	Unidade	120	PASTA CONDUTORA PARA ELETROENCEFALOGRAMA - 1 Kg – À base de agentes emulsionantes não-iônicos e derivados de álcoois e estéreis, estabilizantes e doadores de consistência, umectantes, sais de alta condutividade, agente conservante e solubilizantes. Embalagem deve conter dados de rotulagem e Registro no MS e ANVISA.	R\$ 88,00	R\$ 10.560,00	CATÁLOGO
84	438061	Unidade	1.000	PAPEL PARA ECG - Tamanho 216x16x30 metros, bobina com no mínimo 30 metros. Composto de Papel termossensível, quadriculado. Compatível com aparelho da marca COMEM	R\$ 27,13	R\$ 27.130,00	3 UNIDADES
85	453561	Unidade	500	PAPEL TERMOSENSÍVEL PARA ECG TITS tamanho 210mm x 140mm. Caixa com 156 folhas.	R\$ 39,85	R\$ 19.925,00	3 UNIDADES
86	423975	Unidade	30.000	PIPETA DE PASTEUR DESCARTÁVEL, graduada 3ml. Pipeta Pasteur transferência descartável graduada, fabricada em polietileno. embalagem deve conter dados de identificação do fabricante, data de fabricação, data de validade	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00	5 UNIDADES
87	340800	Unidade	6.000	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO INFANTIL ROSA – pulseira em vinil com lacre plástico indicada para usos de longa duração, na cor rosa, macia e antialérgica, utilizadas para identificação de pacientes pediátricos feminino.	R\$ 0,64	R\$ 3.840,00	5 UNIDADES
88	340799	Unidade	6.000	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO INFANTIL AZUL – pulseira em vinil com lacre plástico indicada para usos de longa duração, na cor azul, macia e antialérgica, utilizadas para identificação de pacientes pediátricos masculino.	R\$ 1,15	R\$ 6.900,00	5 UNIDADES
89	463072	Unidade	50.000	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO BRANCA – ADULTO. Pulseira em PVC texturizado que permita registro de identificação de paciente com caneta esferográfica sem borrar, com aproximadamente 13 pinos de regulagem, resistente e fácil manuseio, para usos de longa duração, na cor branca, macia e anti-alérgica. Medidas aproximadas: placa de identificação 10cmx2,5cm e comprimento total 28cm.	R\$ 0,67	R\$ 33.500,00	5 UNIDADES
90	459262	Unidade	10.000	PLACA ELETROCAUTÉRIO SISTEMA REM DESCARTÁVEL UNIVERSAL, Placa para eletrocautério, descartável, bipartida para uso com sistema de monitoração de contato (REM), autoadesiva, tamanho adulto. As embalagens deverão conter impressos os dados de rotulagem, indicação quantitativa, especificação técnica. Registro no MS e ANVISA.	R\$ 10,21	R\$ 102.100,00	5 UNIDADES
91	332814	Unidade	4.000	PRESERVATIVO MASCULINO- não Lubrificado, destinado a uso em exames de Ultrassonografia. Membrana em látex liso, opaco, possível de ser distendido, com espessura de 0,07 mm (aproximadamente), largura nominal 52 mm, comprimento mínimo 160 mm. Embalagem individual. Com aprovação pelo INMETRO e registro no MS.	R\$ 0,39	R\$ 1.560,00	5 UNIDADES
92	609097	Unidade	250	SERRA DE GIGLI de 30 cm - material em aço inoxidável reprocessável .	R\$ 14,00	R\$ 3.500,00	5 UNIDADES
93	609098	Unidade	250	SERRA DE GIGLI de 40 cm - material em aço inoxidável reprocessável .	R\$ 14,00	R\$ 3.500,00	5 UNIDADES
94	609099	Unidade	250	SERRA DE GIGLI de 50 cm - material em aço inoxidável reprocessável .	R\$ 14,00	R\$ 3.500,00	5 UNIDADES
95	452240	Unidade	576	TALA METÁLICA 12X180mm.Para imobilização. 100% alumínio, espuma antialérgica. Embalagem com 12 unidades.	R\$ 1,20	R\$ 691,20	5 UNIDADES
96	452242	Unidade	576	TALA METÁLICA 19X180mm.Para imobilização. 100% alumínio, espuma antialérgica. Embalagem com 12 unidades.	R\$ 2,13	R\$ 1.226,88	5 UNIDADES
97	452241	Unidade	576	TALA METÁLICA 16X180mm. Para imobilização. 100% alumínio, espuma antialérgica. Embalagem com 12 unidades.	R\$ 3,43	R\$ 1.975,68	5 UNIDADES
98	452222	Unidade	576	TALA DE ALUMÍNIO 12mm x 25cm - média. Tala metálica para imobilização de membros nas medidas 12mmx25cm. Embalagem constando dados de identificação, procedência e registro na ANVISA.	R\$ 1,37	R\$ 789,12	5 UNIDADES

99	452223	Unidade	576	TALA DE ALUMÍNIO 16mm x 25cm - média. Tala metálica para imobilização de membros nas medidas 16mmx25cm. Embalagem constando dados de identificação, procedência e registro na ANVISA.	R\$ 1,47	R\$ 846,72	5 UNIDADES
100	452224	Unidade	576	TALA DE ALUMÍNIO 19mm x 25cm - média. Tala metálica para imobilização de membros nas medidas 19mmx25cm. Embalagem constando dados de identificação, procedência e registro na ANVISA.	R\$ 2,29	R\$ 1.319,04	5 UNIDADES
101	477065	Unidade	150	TINTURA DE BENJOIM 20%, para utilização em assepsia de pele, Frasco cor âmbar, 100ml. Conter dados de rotulagem.	R\$ 18,20	R\$ 2.730,00	5 UNIDADES
102	459711	Unidade	50.000	TORNEIRINHA DE TRÊS VIAS. Fabricadas em Polímero Policarbonato, Corpo incolor, cico Luer Lock e Luer Slip, atóxica e apirogênica, descartável e de uso único. Esterilizada a Óxido de Etileno (ETO). registro no MS e ANVISA.	R\$ 1,40	R\$ 70.000,00	5 UNIDADES
103	478807	Pacote	250	TUBO DE SILICONE Nº 205. 8x11,5mm. Confeccionado em Silicone; Transparente, Possuir dureza de 60 Shore A e 70 Shore A de acordo com cada modelo. Não estéril. Reutilizável, possibilitar esterilização em autoclave a vapor até 127° C. Embalagem em rolo com 15 metros, deve conter dados de rotulagem.	R\$ 175,47	R\$ 43.867,50	CATÁLOGO
104	479339	Pacote	300	TUBO DE SILICONE TRANSPARENTE nº 204 - 6mm x 12mm. Confeccionado em silicone grau de alta qualidade, dureza de 60 ShoreA. Fornecido em pacote com 15m. CODIGO BR APROX 459110	R\$ 150,45	R\$ 45.135,00	CATÁLOGO

Fonte: Pesquisa de preços realizada pelo setor de compras, 2023.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 5.171.012,00 (Cinco milhões e cento e setenta e um mil reais e doze centavos).

Caso a equipe técnica verifique a necessidade da solicitação de amostras, os exemplares deverão ser encaminhadas no endereço Rua Adoniran Barbosa, 370, Jardim Central, Foz do Iguaçu-PR, no setor da Licitação.

Os catálogos deverão ser anexados junto à documentação de habilitação.

2. SOBRE CRITÉRIO DE ADOÇÃO DE PREÇOS DE REFERÊNCIA

2.1. Os *preços de referência* foram embasados em valores de cotações junto a pesquisas na internet, bem como banco de preços públicos.

Ademais, todas as justificativas contidas em questões de cotação estão explícitas na declaração de cotação de preços anexa ao processo.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

A gestão eficiente dos recursos públicos é um desafio constante para os órgãos governamentais, sobretudo na área da saúde, onde a demanda por serviços de qualidade é elevada. Nesse contexto, a prática de licitação surge como um instrumento fundamental para garantir transparência, competitividade e utilização racional dos recursos financeiros, assegurando o acesso da população a serviços de saúde dignos e eficazes.

A licitação, como um processo seletivo de fornecedores e prestadores de serviços, é essencial para evitar práticas de corrupção, favorecimento indevido e desperdício de verbas públicas. Ao submeter os processos de aquisição de bens e serviços à competição entre

empresas, órgãos públicos de saúde podem garantir que os recursos sejam alocados da forma mais vantajosa para a administração e para a população atendida. A transparência é um dos pilares da licitação pública. Ao seguir um processo claro e documentado, os órgãos de saúde demonstram a lisura de suas ações perante a sociedade. Isso resulta em maior confiança da população nas instituições governamentais, fortalecendo a participação cívica e a fiscalização social. Afinal, quando a sociedade compreende que a alocação dos recursos segue critérios objetivos e imparciais, a tendência é que haja um engajamento maior no acompanhamento das atividades do órgão público. A competitividade inerente ao processo licitatório também favorece a busca por soluções mais eficientes e economicamente viáveis. Empresas interessadas em fornecer produtos ou serviços de saúde são incentivadas a apresentar propostas que atendam às necessidades do órgão público e que estejam dentro de padrões de qualidade pré-estabelecidos. Isso promove uma seleção natural das melhores alternativas, estimulando a inovação e a melhoria contínua na prestação dos serviços de saúde.

Além disso, a licitação contribui para a sustentabilidade financeira dos órgãos públicos de saúde. Com o devido processo de seleção, é possível evitar contratações superfaturadas e garantir que os recursos sejam direcionados de forma equilibrada entre diferentes necessidades. Isso se traduz em uma utilização mais racional do dinheiro público, possibilitando a ampliação da cobertura de atendimento e a otimização dos serviços prestados à população.

Em resumo, a importância da licitação para os órgãos públicos de saúde é indiscutível. Ao adotar esse processo, as instituições governamentais promovem a transparência, a competição saudável e a alocação eficiente de recursos. Dessa forma, garantem o acesso da população a serviços de saúde de qualidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e bem cuidada. No contexto específico dos órgãos públicos de saúde, a importância da licitação ganha ainda mais destaque quando se trata da aquisição de materiais hospitalares. Estes desempenham um papel vital na prestação de serviços de saúde de qualidade, afetando diretamente o diagnóstico, tratamento e recuperação dos pacientes. A eficácia desses materiais influencia a segurança dos procedimentos médicos, a higiene dos ambientes hospitalares e, conseqüentemente, a saúde dos indivíduos atendidos.

A licitação de materiais hospitalares, portanto, reveste-se de um caráter essencial para garantir a procedência, qualidade e custo-benefício desses insumos. Ao submeter a compra de equipamentos médicos, dispositivos e suprimentos à competição entre fornecedores, os órgãos públicos asseguram que os produtos adquiridos atendam aos padrões técnicos e regulamentações exigidos. A transparência proporcionada pelo processo licitatório também se torna crucial na aquisição de materiais hospitalares. Isso porque a qualidade e a segurança desses produtos podem ter impactos diretos na vida dos pacientes e na eficiência dos serviços de saúde. Ao adotar um processo público e documentado, os órgãos públicos não apenas demonstram sua responsabilidade, mas também garantem que a seleção seja baseada em critérios técnicos e imparciais.

Além disso, a licitação de materiais hospitalares promove a busca por preços mais competitivos e condições vantajosas. Em um cenário onde os recursos financeiros muitas

vezes são limitados, obter o melhor custo-benefício é uma responsabilidade primordial dos órgãos de saúde. A competição entre fornecedores estimula a apresentação de propostas mais favoráveis, garantindo a otimização dos recursos disponíveis. No entanto, a aquisição de materiais hospitalares enfrenta desafios específicos, como a necessidade de adquirir produtos de alta qualidade e que atendam às normas de segurança e eficácia. Por isso, é essencial que os processos licitatórios nesse contexto sejam conduzidos por equipes técnicas capacitadas, que possam avaliar os produtos de forma apropriada e considerando as particularidades da área da saúde.

Em conclusão, a licitação de materiais hospitalares em órgãos públicos de saúde é uma prática vital para assegurar a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados à população. Por meio desse processo, os órgãos governamentais promovem a seleção criteriosa de produtos, a concorrência saudável entre fornecedores e a alocação racional dos recursos, garantindo um atendimento médico de excelência e contribuindo para a saúde e bem-estar da sociedade.

Portanto, justifica-se abertura de novo processo licitatório tendo em vista a necessidade da continuidade das compras pelo procedimento legal via licitação, conforme estabelece a Lei Federal 8.666/93, além de continuar assegurando os direitos sociais relativos à saúde como dita a constituição federal de acordo com o art. 6º,

Art. 6º São direitos sociais a educação, **a saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ressalta-se que de acordo com a **RESOLUÇÃO Nº 006/2023 – COC** anexo ao processo, fica aprovado licitações acima de R\$ 100.000,00 conforme art. 1º.

Art. 1º Fica aprovado às Licitações acima de R\$ 100.000,00 cem mil reais para o Hospital Municipal Padre Germano Lauck e das UPAS, conforme documentos comprobatórios em anexo.

4. EXECUÇÃO PARCELADA DO OBJETO / DURAÇÃO DO CONTRATO/ PRORROGAÇÃO:

4.1. A aquisição do objeto a ser licitado será de forma parcelada, por meio de emissão de ordem de compra conforme houver necessidade pelo prazo de 12 meses na Modalidade Registro de Preço.

5. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP):

5.1. A norma contida no inciso I do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, que obriga a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, podem ser dispensados pela autoridade responsável pela licitação quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

5.2. Justifica-se a não adoção do critério da exclusividade nos certames para a

aquisição do referido objeto, pois poderá representar prejuízo ao Município, já que as empresas tradicionais que oferecem os referidos materiais em sua maioria não são enquadradas como ME ou EPP e haveria restrição à participação de fabricantes e de distribuidores, que oferecem os menores preços nas licitações.

5.3. Além disso, a aplicação da norma não é absoluta e comporta restrições, vigora ainda hoje e após a LC nº 147/14, o art. 49 da LC nº 123/06, inciso III, valendo a transcrição:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

5.4. A reserva de cota ou exclusividade para ME/EPP impossibilita a oferta de lance por empresas com outro enquadramento, o que pode resultar em itens desertos, trazendo prejuízos a aquisição de mobiliários e equipamentos hospitalares, quando se afasta potenciais fornecedores e como é de conhecimento público, a repetição do certame causa irreparável prejuízo ao órgão licitador e em especial os usuários do SUS, conseqüentemente tal situação coloca em risco a saúde dos Municípios, sendo este valor fundamental e direito personalíssimo maior perante quaisquer outros postulados jurídicos, administrativos ou econômicos.

6. DO ENDEREÇO DE ENTREGA:

6.1. O endereço para entrega dos materiais acima discriminados será no Hospital Municipal Padre Germano Lauck, localizado à Rua Adoniran Barbosa, 370, Jardim Central, na cidade de Foz do Iguaçu-PR – CEP: 85.864-492.

7. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

7.1. O prazo de entrega será de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de compra.

7.2. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:

a) provisoriamente: Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

b) definitivamente: Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo

7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.4. Na hipótese do produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

7.5. A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços constantes nas ordens de compra emitidos pelo HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK, de **segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30**, os quais serão conferidos e, se achados irregulares, devolvidos à empresa, que terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para substituir o produto rejeitado.

7.6. O recebimento dos produtos será efetuado pelo Supervisor de Almoxarifado, que fará a verificação da sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto ao cumprimento de conformidade com a solicitação da entrega dos produtos, e posteriormente serão conferidos pelo Setor solicitante.

7.7. A execução da Ata será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.8. A Administração rejeitará o objeto fornecido em desacordo com a Ata (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).

7.9. Entregar os materiais acondicionados em embalagens originais de fábrica, lacradas pelo fabricante, contendo a data e o número de série, o lote de fabricação, o prazo de validade (onde se aplicar), rótulo e outras informações como: quantidade, composição do item, gramatura, peso, de acordo com a legislação brasileira pertinente.

7.10. Fornecer todo o material novo, sem uso anterior.

7.11. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.

7.12. Garantir a boa qualidade dos materiais fornecidos.

8. PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS:

8.1. Na data de recebimento definitivo, o prazo de validade dos materiais de que trata o presente Termo de Referência deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para os produtos em que o prazo de validade for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for igual ou inferior a um ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, logo após a entrega do mesmo, sem qualquer ônus adicional para o Hospital Padre Germano Lauck.

9. DO CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. **Para os produtos regulados pela ANVISA**, a Capacitação da Licitante deverá ser comprovada pela seguinte documentação:

9.1.1. Apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.1.2. Apresentar Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo Órgão competente do Município e/ou Estado ou Distrito Federal onde for domiciliado o proponente, devidamente válido na forma da legislação vigente.

9.1.3. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitido pela ANVISA e da respectiva publicação atualizada no Diário Oficial da União da empresa licitante.

9.1.4. Certidão de Regularidade da empresa licitante expedida pela entidade profissional competente, indicando o responsável técnico com seu número de inscrição, conforme exigido em Lei.

9.2. **Para produtos não regulados pela ANVISA**, conforme relação disponível no site da ANVISA, será exigida apresentação de 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão do licitante para fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

10. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

10.1. O objeto da presente licitação de aquisição trata de fornecimento de item comum, disponibilizado no mercado, suas especificações são as usuais de mercado, e os padrões de desempenho e qualidade estão definidas neste termo de referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

11.1. DA CONTRATANTE

- a. Receber os serviços/produtos do objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- e. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;
- f. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- g. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber.
- h. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. DA CONTRATADA:

São obrigações da contratada para prestação de serviços:

- a. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- b. Atender todos os pedidos de fornecimento efetuados, durante a vigência contratual.

- c. Comunicar à contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- d. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre o produto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante.
- e. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.
- f. Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- g. Responsabilizar-se: pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.
- h. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para a CONTRATANTE.
- i. Substituir, a suas expensas e sem ônus para Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contado da comunicação escrita das reincidências sucessivas, os materiais fornecidos que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação, materiais entregues fora das especificações, que forem considerados impróprios para a utilização ou na ocorrência de defeitos frequentes, não solucionados totalmente e/ou permanecendo o material com sua capacidade reduzida durante o período de garantia.
- j. Fornecer todo o material licitado com as devidas garantias e estado de conservação novo.
- k. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.
- l. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- m. Apresentar os empregados habilitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- n. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. **FORMA DE PAGAMENTO:**

12.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da

contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993, observando ainda os seguintes procedimentos:

12.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) Em todos os casos, da regularidade fiscal, por meio de consulta aos sites eletrônicos oficiais.

12.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.

12.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

13. SUBCONTRATAÇÃO:

13.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

14.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

I - sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

II - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

III - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Parágrafo único. A alteração subjetiva a que se refere este artigo deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. O licitante e a contratada que incorrem em infrações sujeitam-se às sanções estipuladas na legislação vigente.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

16.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Diretor Presidente, bem como a fiscalização pelo setor de almoxarifado acerca da entrega e setores demandantes acerca da qualidade do material no ato da entrega/recebimento.

17. DAS AMOSTRAS CATÁLOGOS E FICHAS TÉCNICAS:

17.1.1. A critério da equipe técnica, poderão ser exigidas amostras para análise da qualidade do produto cotado, ocasião na qual o pregoeiro solicitará diretamente ao arrematante, via sistema, o envio das amostras;

17.1.2. A empresa arrematante deverá entregar em **até 03 dias úteis** as amostras dos itens solicitados, observada a marca ofertada na proposta inicial, e as quantidades de amostras descritas na coluna “Amostra/Catálogo” do quadro 1 - especificações técnicas, sob pena de desclassificação;

17.1.3. As amostras, quando solicitadas, deverão ser endereçadas para o **setor de protocolo** do Hospital Municipal Padre Germano Lauck, situado na **Rua Adoniran Barbosa, nº 370, Jardim Central, CEP: 85.864-492, Foz do Iguaçu – PR;**

17.1.4. A não apresentação das amostras, quando exigidas dentro dos prazos estabelecidos, ou sua apresentação com especificação em desacordo com o bem solicitado, implicará na desclassificação da proposta para o referido item, sendo então convocadas as propostas subsequentes até a apuração de produto que atenda ao disposto em edital.

17.1.5. Serão desclassificadas as opções para fornecimento de produtos não aprovados ou que não condizem com o solicitado pelo Hospital Municipal Padre Germano Lauck.

17.1.6. As amostras deverão estar identificadas individualmente com o número do item correspondente, em embalagem original, devidamente lacrada, contendo todos os dados do produto e na quantidade informada na coluna referente à quantidade de amostras.

17.2. Critérios de avaliação do produto na análise técnica:

17.2.1. As amostras poderão ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica.

17.2.2. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios técnicos:

- a. Conformidade com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros);
- b. Inexistência de notificações técnicas junto ao HMPGL e a ANVISA;
- c. Conformidade com as normas regulamentadoras.
- d. As instruções de uso ou modo de usar devem facilitar a compreensão e a utilização segura do produto na prática.

17.2.3. As amostras não utilizadas poderão ser retiradas em até 30 dias a contar da desclassificação, após este período o produto será condicionado ao uso.

17.2.4. As amostras aprovadas não serão devolvidas aos proponentes, e serão condicionadas ao uso.

17.4. Não serão exigidas amostras dos itens cujas marcas propostas forem pré-qualificadas, conforme planilha de pré-qualificações disponível através do link https://bit.ly/prequalificacoes_hmpgl

Equipe de elaboração e assinatura por SISTEMA DIGITAL FUNDACIONAL do ETP:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento: TERMO DE REFERÊNCIA; Informa-se ainda que o quantitativo foi estipulado pelo setor demandante.

EQUIPE TÉCNICA/ SETOR DEMANDANTE	ASSINATURA
ADRIANO BARBOSA LACERDA	<i>(assinatura eletrônica via SID)</i>

Local e data: Foz do Iguaçu/PR, data da assinatura eletrônica.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(papel com timbre da empresa)

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 086/2023

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE _____

CNPJ Nº _____ I.E.: _____

ENDEREÇO: _____

PARA FINS DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2023, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ABAIXO IDENTIFICADO, sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, **DECLARA ter ciência, aderir e concordar, com assinatura neste documento, a todos os termos do Edital e seus anexos,** referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 086/2023.

OBRIGATÓRIO A DESCRIÇÃO DO PRODUTO, QUANTIDADE, VALOR PROPOSTO E ASSINATURA

PROPOSTA DE PREÇOS

Lote	Nome do produto/serviço detalhado	Marca	Reg. Anvisa	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

_____ (localidade), _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante legal

Nome do Representante legal:

RG e CPF

ANEXO III
MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 0xx/2023

EDITAL DE PREGÃO Nº 086/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1028/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no prédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU, sito à Rua Adoniran Barbosa, n.º 370, Bairro Jardim Central na cidade de Foz do Iguaçu/PR representada pelo Diretor Presidente, André Ricardo Di Buriasco, inscrito no CPF/MF sob o n.º 908.451.379-72, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e da Portaria n.º 003/2023- COC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão ELETRÔNICO n.º 086/2023, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu em....., resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

....., sediada na, n.º....., na cidade de, Estado do, inscrita no CNPJ sob o n.º e Inscrição Estadual sob o n.º....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador Sr., portador do RG n.º e do CPF n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DE CONSUMO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU/PR**, conforme quantidades e especificações do edital e seus anexos.
- 1.2. Descrição:

EMPRESA CNPJ: XXXXXXXXXXXXX				
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL DA ATA = ----- (-----).

- 1.3. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a Contratada, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência desta Ata de registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da ata de registro de preço.
- 2.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso [III do § 3º](#) do art. [15](#) da Lei nº [8.666](#), de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 3.1. O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de compra.
- 3.2. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:
- a) provisoriamente: de posse da proposta respectiva, será recebido o produto para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo de 10 (dez) para sua correção.
 - b) definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência dos produtos e sendo aprovados será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura no documento fiscal, 10 (dez) dias após transcorrido prazo provisório.
- 3.3. Na hipótese do produto apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o

- fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.
- 3.4. A entrega dos produtos deverá ser efetuada nos endereços constantes nas ordens de compra emitidos pelo HOSPITAL MUNICIPAL PADRE GERMANO LAUCK, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h30, os quais serão conferidos e, se achados irregulares, devolvidos à empresa, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para substituir o produto rejeitado.
 - 3.5. O recebimento dos produtos será efetuado pelo setor de almoxarifado, que fará a verificação dos volumes entregues e sua conformidade com a proposta apresentada, e ainda, quanto a cumprimento de conformidade com a solicitação da entrega dos produtos, e posteriormente serão conferidos pelo Setor solicitante.
 - 3.6. A execução da Ata será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 3.7. A Administração rejeitará o objeto fornecido em desacordo com a Ata (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).
 - 3.8. Entregar os materiais acondicionados em embalagens originais de fábrica, lacradas pelo fabricante, contendo a data e o número de série, o lote de fabricação, o prazo de validade (onde se aplicar), rótulo e outras informações, de acordo com a legislação brasileira pertinente.
 - 3.9. Fornecer todo o material novo, sem uso anterior.
 - 3.10. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.
 - 3.11. Garantir a boa qualidade dos materiais fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada para prestação de serviços:

- 4.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
- 4.2. Atender todos os pedidos de fornecimento efetuados, durante a vigência contratual.
- 4.3. Comunicar à contratante toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 4.4. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do Contrato, bem como sobre o produto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante.
- 4.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar à

CONTRATANTE ou terceiros, tendo como agente a CONTRATADA, na pessoa de prepostos ou estranhos.

- 4.6. Apresentar sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 4.7. Responsabilizar-se: pelo transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado e pelo ônus decorrente de despesas com transporte, extravios e danos acidentais no trajeto.
- 4.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções sem ônus para a CONTRATANTE.
- 4.9. Substituir, a suas expensas e sem ônus para Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contado da comunicação escrita das reincidências sucessivas, os materiais fornecidos que porventura apresentarem defeitos, vícios, incorreções em sua forma de apresentação, materiais entregues fora das especificações, que forem considerados impróprios para a utilização ou na ocorrência de defeitos frequentes, não solucionados totalmente e/ou permanecendo o material com sua capacidade reduzida durante o período de garantia.
- 4.10. Fornecer todo o material licitado com as devidas garantias e estado de conservação novo.
- 4.11. Assumir prejuízos quanto ao estado de conservação e à qualidade dos materiais a serem fornecidos.
- 4.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.13. Apresentar os empregados habilitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 4.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU-PR

- 5.1. Receber os serviços/produtos do objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 5.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.4. Comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 5.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;
- 5.6. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto ou execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 5.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela contratada, no que couber.
- 5.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:
 - a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
 - b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que

promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.

- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

6.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser

dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

- c) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura, de acordo com a natureza jurídica da contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto na Lei nº 8.666/90, observando ainda os seguintes procedimentos:

- 7.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura será obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, obtida por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 7.1.2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo.
- 7.1.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pela Administração, não deverá ser superior ao prazo estabelecido no instrumento contratual vigente, contados da data de seu atesto pelo gestor, ou quando da apresentação e/ou quando estabelecido no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Caberá a CONTRATADA, a responsabilizar-se por:

- 8.1.1. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização.
- 8.1.2. Reportar-se ao fiscal de contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas.
- 8.2. O recebimento dos serviços, a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato, será efetuado pelo (a) colaborador (a) **XXXXXXXXXXXX, do setor de XXXXXXXXXXXX, a fim de verificar a conformidade dele com** as especificações técnicas dispostas no mesmo, junto ao representante da CONTRATADA, assim como solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.3. É responsabilidade do setor de compras, encaminhar aos fiscais acima citados antes do início dos serviços: **Cópia do empenho e cópia do orçamento fornecido pela**

CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO COMODATO

- 9.1. A empresa vencedora deverá fornecer em comodato 250 aparelhos de teste em comodato e 50 aparelhos para reserva de backup.
- 9.2. A COMODANTE fornecerá os bens exigidos em comodato, sem qualquer custo para instituição.
- 9.3. O COMODATÁRIO recebe o equipamento para utilização exclusiva à finalidade à que se destina
- 9.4. O equipamento permanecerá nas dependências do COMODATÁRIO, ficando esta Fundação responsável por informar à COMODANTE, quando necessário, o local onde se encontra o equipamento.
- 9.5. O prazo de vigência do comodato acompanhará a vigência da Ata de Registro de Preços, findo o qual, o COMODATÁRIO deverá restituir o equipamento à COMODANTE.
- 9.6. Na hipótese de má utilização, desaparecimento, destruição, roubo, furto ou extravio dos equipamentos, o COMODATÁRIO deverá comunicar a ocorrência imediatamente à COMODANTE por e-mail e encaminhar, no prazo de até 10 (dez) dias úteis da comunicação, o boletim de ocorrência, nos casos de furto ou roubo;
- 9.7. O equipamento deverá ser devolvido à COMODANTE, nas mesmas condições em que foi recebido, ressalvado apenas o desgaste decorrente do uso normal.
- 9.8. A contratada será responsável pela execução de todos os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva necessários para garantir o funcionamento e o atendimento aos parâmetros de qualidades exigidos.
- 9.9. A contratada deverá fornecer toda e qualquer peça (inclusive eventuais consumíveis) cuja substituição se faça necessária durante o período de vigência do Comodato, sem que isso implique em qualquer custo adicional para a contratante
- 9.10. Havendo necessidade de remoção do equipamento do local, para a realização de procedimentos de manutenção, os custos decorrentes da desinstalação, transporte e reinstalação do equipamento são de total responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1. Aplicam-se a esta Ata e aos contratos decorrentes as sanções estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Edital do Pregão ELETRÔNICO nº 086/2023 que a(s) DETENTORA(S) declara(m) conhecer integralmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

- 11.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº

8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Foz do Iguaçu, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

13.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico nº 086/2023** e a proposta da CONTRATADA conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão nº 086/2023**

13.4. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Foz do Iguaçu/PR, dede 2023.